



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: BOLSA FAMÍLIA, UM BENEFÍCIO FALHO?¹

Caroline Chitolina², Lislei Teresinha Preuss³, Silvia Cristina Segatti Colombo⁴, Lurdes Aparecida Grossmann⁵.

¹ Este resumo integra as atividades de iniciação científica relacionadas ao projeto “Políticas de Proteção Social à Família no Município de Santa Rosa - RS” de 2011.

² Estudante do Curso de Psicologia do Departamento de Humanidades e Educação (DHE) do Campus Santa Rosa; E-mail: <carolchitto@hotmail.com>.

³ Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (DCJS), (Líder) do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento. E-mail: <lislei@unijui.edu.br>.

⁴ Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (DCJS), (Membro) do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento. E-mail: <lurdesgrossmann@unijui.edu.br>.

⁵ Professora do Departamento de Humanidades e Educação (DHE), (Membro) do Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento. E-mail: <colombo@unijui.edu.br>.

Resumo

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que possui como um dos condicionantes a comprovação da frequência escolar para recebimento do benefício. Questiona-se se garantir a frequência escolar é garantia de aprendizagem à criança e quais os possíveis fatores envolvidos no processo de aprendizagem. Pretende-se refletir de que forma a família e a escola podem estimular as crianças no estudo, identificando como a teoria comportamental pode contribuir nessa questão. A metodologia utilizada centra-se em uma revisão bibliográfica acerca das políticas de proteção social e as dificuldades de aprendizagem. Conclui-se que as bases que possibilitam à criança a aprendizagem, integra uma alimentação suficientemente nutritiva, um ambiente com contingências de reforçamento adequadas e pais ou professores que se comprometam em ensiná-la.

Palavras-chave: política social; família; aprendizagem.

Introdução

No Brasil, o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) tem como pressupostos básicos atuar como um mecanismo de enfrentamento da pobreza, fornecendo uma ajuda financeira a fim de combater o trabalho infantil, garantir a escolaridade às crianças e incluí-los no social de forma a minimizar a desigualdade econômica e intelectual. O PBF propõe universalizar o acesso dos beneficiários aos direitos sociais básicos nas áreas da educação, saúde e assistência social. O benefício é concedido mediante condicionalidades, sendo a comprovação da frequência escolar uma delas.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Questiona-se: até que ponto esta condicionalidade (entendida como obrigação) de freqüentar à escola surte efeitos positivos? Esta proposta governamental por um lado é muito promissora, porém, pode não se mostrar uma alternativa efetiva em relação à educação na medida em que não investe em reforçadores positivos às crianças que frequentam a escola. Supõe-se que a falta de variáveis condicionantes dirigidos à criança pode prejudicá-la no seu processo de aprendizagem, podendo contribuir para a evasão escolar. Acredita-se que para o PBF se tornar satisfatório dever-se-ia investir também em meios que levem às famílias e às escolas o conhecimento de contingências reforçadoras para estimular as crianças ao estudo.

Neste trabalho, pretende-se refletir sobre as dificuldades de aprendizagem observando de que forma um ambiente conturbado pode ativar o eixo Hipotálamo-Hipófise-Adrenal e problematizar a aquisição de novos saberes. Também pretende-se pensar quais as bases neuro e psicológicas importantes para a aquisição da aprendizagem bem como a importância da estimulação por parte dos pais e da escola no processo de aprendizagem.

Metodologia

A metodologia utilizada centra-se em uma revisão bibliográfica acerca das políticas de proteção social, programas de transferência de renda, família e as dificuldades de aprendizagem, buscando na interdisciplinaridade uma maior compreensão sobre a temática proposta. Fez-se um percurso teórico nas áreas de Serviço Social e Psicologia buscando pensar nos fatores que exercem influência direta ou indireta no processo de aprendizagem.

Resultados e Discussão

A família é o primeiro ambiente social da criança. São os pais os maiores responsáveis em promover a educação, o cuidado e a proteção que a criança necessita para se desenvolver plenamente. Sabe-se que a presença dos pais perto da criança e o ato destes aplicarem reforçadores positivos é de grande importância para o seu desenvolvimento. Um ambiente familiar considerado “adequado” é aquele que proporciona à criança experiências agradáveis, fator importante para o desenvolvimento.

Caso esta estiver inserida em um meio social emocionalmente fragilizado, negligente, onde é abusada e sofre maus tratos, poderá interiorizar as vivências conflitantes que vivencia e desenvolver comportamentos agressivos. Muitas vezes os pais não sabem de que forma estimular seus filhos a bons comportamentos sem se utilizarem da coerção ou punição. Sabemos que esta não é a forma adequada de ensino e transmissão de regras e valores, mas sim, uma forma de controle temporário do comportamento, onde a criança, além de sofrer a punição, fica sem saber como deve proceder frente a determinadas situações.

A família, ao passo que possui os instrumentos básicos para promover o bem estar da criança, ela também pode ser um espaço gerador de estresse e conflitos, principalmente quando o ambiente doméstico possui uma quebra nos vínculos afetivos, onde se enquadram práticas coercivas, hostilidade, pouca afetividade, punição e genitores abusivos.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Pensando nas bases biológicas da aprendizagem, propõe-se uma reflexão em relação às crianças que vivem em um ambiente familiar conturbado ou até mesmo hostil ao desenvolvimento, com inter-relações conflituosas e/ou também de violência. Em estudos realizados em animais de laboratório, demonstrou-se que o cuidado materno e o tipo de estimulação recebida na infância podem influenciar no padrão de respostas ao estresse no adulto (SANT'ANNA, 2004, p.92).

Diz-se que o organismo vai responder a um determinado estímulo estressor através da ativação do Sistema Nervoso Simpático (SNS) e do eixo Hipotálamo-Hipófise-Adrenal (HHA). As situações mais frequentes que podem desencadear respostas de estresse no organismo podem estar relacionadas aos fatores socioeconômicos, onde a busca pela subsistência seria um dos principais fatores (GUIZZO, 2011).

Existe no cérebro, circuitos e estruturas que possuem uma maior quantidade de receptores para os hormônios do estresse (glicocorticoides), destacam-se o hipocampo, a amígdala e o córtex frontal (GUIZZO, 2011). No presente trabalho, nos deteremos a uma estrutura do sistema límbico denominada hipocampo.

O hipocampo é uma das estruturas que possuem a maior quantidade de receptores para o cortisol, é responsável em converter memórias de curto prazo em memórias de longo prazo. Esta estrutura se desenvolve muito lentamente e, também é umas das poucas regiões do cérebro que, após o nascimento, continuam a produzir novas células nervosas. A exposição frequente e prolongada do hipocampo a hormônios do estresse pode suprimir a produção de novas células, atrofiar aquelas já existentes neste local ou até mesmo matá-las (BRANDÃO, 2004; GUIZZO, 2011). Com os neurônios hipocampais atrofiados, há uma maior dificuldade em manter uma relação com a memória declarativa resultando, provavelmente, em dificuldades de aprendizagem.

Considerando as consequências para o sujeito que é demasiado punido, vale retomar a importância de um ambiente familiar estável durante a maturação cerebral da criança, pois fatores externos estressantes podem comprometer o desenvolvimento da estrutura hipocampal devido a liberação de glicocorticoides. Se a criança estiver inserida em um ambiente hostil, violento e estressante, as respostas desencadeadas pelo organismo são nocivas à aprendizagem. A liberação de cortisol ocorre devido à uma resposta do organismo frente à um estímulo estressor com a finalidade de manter a homeostase, mas em doses excessivas, um de seus efeitos é atuar no hipocampo ocasionando dificuldades de memória e consequentemente de aprendizagem.

A partir do exposto, pode-se refletir em quais seriam as consequências experimentadas por uma criança que nasceu em um ambiente familiar violento, onde sofreu agressões desde os primeiros anos da infância. Pensando mais adiante, um sujeito que é demasiado punido e quase nunca recompensado por seus comportamentos pode sofrer com esta situação, que vai afetar o hipocampo devido à contínua liberação de cortisol, podendo refletir em alterações de comportamento e dificuldade de aprendizagem.

Retomando a questão dos reforçadores, frente às atitudes inadequadas emitidas pela criança, a primeira coisa que muitos pais ou adultos fazem é utilizar-se da punição,



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

geralmente com xingamentos ou agressão para conter os comportamentos inadequados da criança. Porém, a punição não deve ser utilizada para fins de controle ou modificação do comportamento porque, além de inibir apenas temporariamente o comportamento outrora punido, o sujeito não aprende de que forma deve proceder frente a determinadas situações e tende a elaborar mecanismos de fuga e esquiva (HÜBNER, 2009).

Por estes e outros motivos, a punição para Skinner (2003), não deve ser utilizada como um mecanismo de ensino, pois elimina apenas temporariamente a resposta indesejada emitida pela criança, não alterando a motivação dela para a realização do ato punido. O autor também nos diz que a punição só exerce efeito enquanto o agente punidor estiver presente e que outras formas de comportamento similares àquele punido tendem a aparecer.

Quando Skinner (2003, p.199) refere-se à punição, ele enfatiza que “os estímulos aversivos necessários geram emoções, incluindo predisposições para fugir ou retrucar, e ansiedades perturbadoras”. É comum, em muitas situações, que a falta de tempo e/ou falta de orientação adequada, incitem às práticas coercivas por parte dos pais. Devido à busca pelo efeito imediato, os adultos acabam utilizando o recurso da punição, deixando a criança com medo, em estado de estresse e sem aprender os comportamentos corretos.

No Brasil atual, existe um grande investimento por parte do governo em políticas públicas voltadas ao segmento educacional. Para famílias beneficiárias, por exemplo, do PBF, apresentar o atestado de frequência escolar de seus filhos lhes garante o acesso ao benefício (BRASIL, s.d.). Nota-se, com isso, a preocupação do Estado em garantir às crianças uma formação básica, tendo em vista que é um meio através do qual se pretende erradicar a pobreza. Foi obrigando os genitores a manterem seus filhos na escola que o governo pretende erradicar a pobreza econômica e intelectual, porém, garantir a permanência das crianças na escola não significa que eles vão aprender alguma coisa.

De fato, o interesse do governo em manter as crianças na escola é uma atitude importantíssima, porém, até que ponto esta obrigação de ir à escola surte efeitos desejáveis e até que ponto o governo não está criando jovens mais rebeldes e desinteressados no estudo? Além disso, de nada adianta manter as crianças e jovens na escola se esta não possui os instrumentos necessários para proporcionar uma educação adequada ao indivíduo. O que se vê atualmente nas escolas (salvo raras exceções) são professores desestimulados, com baixa remuneração e sem paciência para ensinar cada aluno da forma adequada e singular.

Skinner (apud HÜBNER, 2009) em seus trabalhos sempre demonstrou preocupação quanto ao sistema escolar. Ele afirma que cada sujeito tem um ritmo de aprendizagem e o professor deve respeitar este tempo. Em salas de aula superlotadas, o professor muitas vezes não consegue atender as necessidades individuais e simplesmente transmite o conteúdo aos seus alunos sem muito se preocupar em saber se todos o compreenderam. Uma das consequências deste sistema é que ele não respeita a individualidade de aprendizagem, pois, os que estão mais adiantados se frustram em ter que esperar os mais atrasados e os mais atrasados sentem-se pressionados a realizarem suas tarefas rapidamente para não serem coagidos por aquele que estão mais adiantados.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Sabendo que um método individualizado está longe de ser utilizado pelas escolas, poder-se-ia pensar em reforçar o sujeito a praticar o estudo, mostrando a ele que a tarefa de estudar pode trazer-lhe benefícios e também ser algo prazeroso. Uma forma de mostrar ao aluno que o estudo pode ser prazeroso é através do reforçamento positivo, pois, segundo Skinner (apud HÜBNER, 2009) quando um comportamento é reforçado positivamente, as pessoas voltam a se comportar daquela forma, pois lhe deu prazer e satisfação.

Poder-se-ia desta forma, evitar o que acontece com crianças e jovens que se sentem fatigados de irem à escola ou que não encontram motivação e muito menos vontade para estudar. Estas condições são provocadas pelo próprio ambiente escolar e familiar, onde a punição e reforçadores negativos ainda são largamente utilizados.

Outra consequência a ser analisada é que um professor que se utiliza muito da punição para “ensinar” seus alunos, pode torna-se um estímulo aversivo. Aos poucos a sua forma de falar, as atividades que ele propõe, a sua própria aula e a disciplina que ensina podem tornar-se aversivas. Até a escola pode tornar-se um estímulo aversivo, podendo empurrar o aluno para fora dela (ZANOTTO; MOROZ; GIOIA, 2008).

O ato de ensinar é uma tarefa muito importante, por isso são necessários métodos e técnicas que possibilitem o professor a instigar seu aluno a explorar as suas capacidades intelectuais. Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que somente mediante reforço positivo é que o sujeito terá melhores condições para desenvolver suas funções intelectuais e sociais.

Conclusões

A alavanca propulsora para a elaboração do presente artigo provém da ênfase atribuída à escola como um ambiente que resgata o sujeito de prováveis condições de negligência física e intelectual ao qual o sujeito se encontra exposto. Estando, portanto, a escola encarregada de proporcionar educação e também a criação de novos objetivos e sonhos na criança, este espaço não pode ficar relegado à segundo plano.

Constando como condicionalidade de programas assistenciais como o PBF a apresentação do atestado de frequência escolar, estas instituições públicas deveriam receber do governo uma assistência para dispor de condições básicas de infraestrutura a fim de proporcionar ao aluno um ambiente agradável para dedicar-se à sua função.

A aprendizagem é um processo influenciado por diversos fatores. Para que uma criança desenvolva plenamente suas potencialidades, o essencial seria que ela estivesse inserida em um ambiente familiar estável, com contingências de reforçamento adequadas, uma alimentação suficientemente nutritiva e uma escola com professores motivados a exercer suas funções de educadores.

Pode-se pensar na ideia de que as práticas de reforçamento, desde que utilizadas de forma adequada, podem transformar-se em mecanismos efetivos no mantimento do interesse da criança no estudo. Aliando um ambiente escolar saudável à familiares que estimulem comportamentos desejáveis em seus filhos, pode-se criar sujeitos com melhores aptidões intelectuais e sociais.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Agradecimentos

Agradeço à UNIJUI por me fornecer um ambiente agradável e infraestrutura adequada para que eu possa me dedicar à pesquisa. À professora Silvia C. S. Colombo por ter me dado liberdade de escolha e me auxiliado dentro da psicologia científica.

Referências

- BRANDÃO, Marcus Lira. Aprendizagem e memória. In: _____. As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 2004. p. 97-118.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Condicionalidades. s.d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- GUIZZO, Renato. Neurobiologia do estresse: uma abordagem inicial. Ribeirão Preto: INeC, 2011. Disponível em: <<http://www.inec-usp.org/cursos/curso%20VII/cursoVII.htm>>. Acesso em 08 mai. 2011.
- HÜBNER, Maria Martha. Costa. Coleção Grandes Educadores: B. F. Skinner. São Paulo: ATTA Mídia e Educação, 2009.
- SANT'ANNA, Márcia Kauer; QUEVEDO, João Luciano de. Psiconeuroendocrinologia. In: KAPCZINSKI, Flávio; QUEVEDO, João; IZQUIERDO, Iván (ORGs.). Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004. p. 83-99.
- SKINNER; Burrhus Frederic. Ciência e Comportamento Humano. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 489 p.
- ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara; MOROZ, Melania; GIOIA, Paula Suzana. Behaviorismo radical e educação. RedePsi, [Online], 2008, 14.p. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/makepdf.php?itemid=1257>>. Acesso em: 24 ago. 2010.